



INTERCÂMBIO

A influência da medicina tradicional chinesa na naturologia brasileira

The influence of Traditional Chinese Medicine on Brazilian Naturology

Fábio L. Stern*

Resumo: Este artigo explora o impacto da Medicina Tradicional Chinesa (MTC) na naturologia brasileira nas últimas décadas. Ele avalia a incorporação dos princípios e práticas da MTC nos cursos de naturologia brasileiros, enfatizando os fatores históricos e culturais que influenciaram esse movimento de saúde. O artigo sustenta que a integração da MTC influenciou significativamente o desenvolvimento da naturologia no Brasil, fornecendo percepções essenciais sobre seu progresso. Entretanto, aponta que o treinamento em MTC na naturologia brasileira não atende às recomendações da Organização Mundial da Saúde. O artigo se aprofunda na apropriação do conhecimento da MTC por meio do orientalismo, observando que professores nascidos na China são frequentemente empregados apenas como símbolos para atrair os alunos, em vez de receberem papéis ativos e significativos na sala de aula.

Palavras-chave: Medicina tradicional, Brasil, China, religião e saúde, orientalismo platônico.

Abstract: This article explores the impact of Traditional Chinese Medicine (TCM) on Brazilian Naturology over the last decades. It evaluates the incorporation of TCM principles and practices into Brazilian naturology courses, emphasizing the historical and cultural factors that have influenced this health movement. The paper contends that the integration of TCM has significantly influenced the development of naturology in Brazil, providing essential insights into its progression. However, it points out that the TCM training in Brazilian naturology does not meet the World Health Organization's recommendations. The article delves into the appropriation of TCM knowledge through Orientalism, noting that Chinese-born instructors are often employed merely as tokens to draw students instead of being assigned active, meaningful roles in the classroom.

Keywords: Traditional Medicine, Brazil, China, religion and health, Platonic Orientalism.

Introdução

Esse texto analisará o impacto da medicina tradicional chinesa (MTC) em cursos de naturologia no Brasil em seus primeiros 20 anos de existência no ensino superior. Naturologia é um movimento de saúde com uma visão romântica e esotérica que emergiu no sul da Europa durante o século XIX em resposta à crescente industrialização da medicina, que eles consideravam como dura e reducionista. Naturólogos são terapeutas que usam medicações tradicionais e alternativas – as quais classificam como “naturais” – ao invés da medicina alopática, vacinas e cirurgias, que consideram como agressivas

* Professor do PPG em Ciência da Religião da PUC-SP (São Paulo-SP). Doutor em Ciência da Religião (PUC-SP, São Paulo-SP). ORCID: 0000-0001-5642-0299 – contato: fstern@pucsp.br

e antinaturais. Para entendermos as origens da naturologia, precisamos compreender a formação da medicina científica, sua genealogia de poder desde o século 18 até sua crise após a Segunda Guerra Mundial, o que tornou possível dar espaço a práticas terapêuticas organizadas ao redor de ideais, discursos e preceitos diferentes daqueles da biomedicina científica moderna.

O crescimento do mercantilismo na Renascença fez com que os países da Europa devotassem mais atenção à saúde de seus cidadãos. A crise do ouro e da prata nas colônias demandava que a maior parte da população se mantivesse produtiva, gerando bens para pagar seus exércitos. Pressionada por essa demanda, a administração pública deu à luz a medicina social, movimento concomitante à urbanização, crescimento e unificação do poder nas cidades (De Barros, 2008, p. 50). A Renascença também catapultou uma revolução científica. Após Leonardo da Vinci e Andreas Vesalius, a Europa sistematizou o corpo humano dividindo-o em partes para entendê-lo melhor (Neves, 2011, p. 27). Esse estilo de pensamento, posteriormente popularizado pelos cartesianos, começou a influenciar a medicina no século XVII.

No século XVIII, a proximidade entre a medicina e as universidades ditou cada vez mais a tônica dos avanços médicos, criando um abismo entre a medicina acadêmica e a medicina popular (De Almeida, 2009, p. 45). A aristocracia se tornou a clientela dos médicos formados visto que a inserção nas universidades era inacessível aos pobres. Como tal, os terapeutas populares atendiam às demandas dos menos abastados (Poter, 1988). Quando os médicos universitários desenvolveram as primeiras pretensões de monopólio da prática médica, sua proximidade com as classes dominantes foi determinante na discriminação e perseguição dos terapeutas populares. Para garantir a supremacia da medicina universitária e sua reserva de mercado, a Europa legalmente estabeleceu a padronização da prática médica no final do século XVIII (Pickstone, 2006). Esse processo foi marcado pela exclusão ou absorção subordinada de certos grupos rivais, como médicos judeus e mulheres curandeiras (De Almeida, 2009, p. 45). Assim, esses outros curadores começaram a ser classificados como charlatões e supersticiosos. Essa cisma gerou a noção de “medicina oficial” – logo, “medicina verdadeira” – que relegaria ao segundo plano a dimensão simbólica da doença (Laplantine 2010).

O século XIX viu a emergência de movimentos contrailuministas como o Romantismo, que valorizavam a emoção, a subjetividade, a imaginação e a individualidade, resgatando práticas folclóricas que o Iluminismo havia relegado ao escanteio. Esse interesse teve um impacto significativo na medicina científica. No século XIX, a medicina universitária já havia padronizado suas práticas pela abordagem científica iluminista, mas alguns médicos românticos começaram a documentar e estudar práticas populares de saúde, incluindo ervas medicinais e remédios caseiros. Esse tipo de movimento fomentou muitas formas de terapias novas, como a iridologia de Ignaz von Péczeley na Hungria, a medicina higiênica de Thomas Allinson na Escócia, a quiropraxia de Daniel David Palmer nos Estados Unidos e a naturopatia de Benedict Lust na Alemanha.

No início do século XX, os cidadãos da América do Norte e a Europa tornaram-se cada vez mais exigentes em relação à saúde, desenvolvendo expectativas que a medicina acadêmica não conseguia acompanhar. A descoberta da penicilina em 1928 promoveu uma das maiores revoluções, visto que doenças outrora mortais, como a sífilis e

a tuberculose, começaram a ser curadas, consolidando uma profunda transformação em como a sociedade se relacionava com a dor, a doença, a velhice e o sofrimento. O bem-estar físico, até então raro, tornou-se frequente, e os cidadãos começaram a demandá-lo como um direito comum (Serres, 2003, p. 25). Paralelo a isso, ao fim da Segunda Guerra Mundial, ganha espaço a ideia de bem-estar a ser provido pelo Estado como bem público (Neves, 2011, p. 29). As demandas por serviços de saúde se intensificaram à medida que se tornaram populares entre as recém-criadas Nações Unidas, levando à criação da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1948, para promover uma abordagem positiva e diferenciada de saúde, que incluía bem-estar e saúde mental.

A conjunção desses três fatores – Romantismo, a promoção do bem-estar social pela OMS e a demanda por bem-estar pela revolução farmacêutica – foram essenciais para o revivamento de outras formas de cura que tentavam englobar dimensões que a medicina acadêmica negligenciava por pelo menos dois séculos na Europa e na América do Norte. Não por acaso, muitas terapias alternativas não se espalharam na sociedade mais ampla antes da década de 1960.

A naturologia é um desses casos. Embora similar à naturopatia, criada na Alemanha mais ou menos no mesmo período, durante o século XIX, inicialmente a naturologia era um movimento distinto típico da Itália e da Península Ibérica (Correia et al., 1950; Ventura, 1999). Como ambas tinham objetivos comuns, foi inevitável que em algum momento naturologia e naturopatia convergissem tal como hoje. Todavia, as origens e primeiros pensadores da naturologia no sul da Europa eram diferentes das origens e primeiros pensadores da naturopatia no norte da Europa. Por exemplo, Correia e colaboradores (1950) demonstram que pela naturologia ter se desenvolvido em países fortemente católicos, ela se amalgamava com os valores e condutas da moralidade cristã até pelo menos a década de 1940. Diferente dos naturopatas, os naturólogos buscavam um equilíbrio entre suas práticas e os princípios do cristianismo, os quais consideravam necessário para uma coexistência “civilizadora”. Em outras palavras, a naturologia era muito mais colonialista e cristocêntrica do que a naturopatia em sua gênese.

De sua emergência até meados do século XX, naturólogos baseavam suas práticas no vitalismo e na parapsicologia, misturando cristianismo esotérico com práticas tradicionais de saúde. Suas técnicas não alopáticas já eram tradicionais no sul da Europa, como dietas, banhos, massagens e plantas medicinais (De Castro, 1986). A naturologia promovia uma dieta rica em frutas, legumes, azeite de oliva, peixe e vinho para manter a boa saúde. Já o apelo aos banhos veio da longa tradição ibérica e romana de saunas em águas termais, que se tornou ainda mais difundida após a chegada dos mouros, incorporando ervas medicinais, óleos e outros ingredientes naturais com propriedades terapêuticas.

Após o movimento da Nova Era, porém, a naturologia europeia afastou-se da parapsicologia e do cristianismo rumo ao esoterismo novaerista, o que levou Pessoa Jr. (2011, p. 293) a considerar que o “misticismo quântico” é o fundamento atual da naturologia. Como Teixeira (2013, p. 107) explica, hoje os naturólogos negam que haja um caráter religioso ou místico à naturologia. A naturologia não quer ser esotérica. Ela quer se científica, mas uma nova forma de ciência. Ainda que outros profissionais da saúde comumente classifiquem a naturologia como esotérica, os próprios naturólogos

não querem ser vistos como tal. Isso faz com que alguns deles lutem contra uma identificação inevitável da naturologia com a Nova Era. Embora utilizem práticas de cura esotéricas como florais de Bach, fotografia Kirlian e medicina antroposófica, os naturólogos tratam tais práticas como se fossem científicas, no espírito das “mitologias de ciência” descritas por Hanegraaff (1996), ou seja, a apropriação de símbolos científicos pela Nova Era. Em outras palavras, ainda que haja assimilações parciais de símbolos e termos que vêm da ciência, os naturólogos não operam pelo método científico normal.

Sobre a Ásia, podemos entender o imaginário dela entre os naturólogos como uma forma de orientalismo platônico, epônimo de como Platão retratava o “orientes”, particularmente a Pérsia e o Egito, como fontes de sabedoria e conhecimento, mas também de irracionalidade e incivilidade (cf. Plato, 2000, 2007, 2016). É uma forma de orientalismo porque ainda que reconhecesse sabedoria e conhecimento nessas culturas, Platão também perpetuava estereótipos sobre elas. Por exemplo, em *A república*, ele descreveu os persas como um povo bélico que foi facilmente conquistado pelos gregos (Plato, 2018). Esses estereótipos tem sido usados para justificar uma suposta superioridade do ocidente desde a Grécia Antiga até os séculos atuais, levaram ao imperialismo/colonialismo, e hoje tendem a ser criticados nas ciências humanas. Apesar disso, o orientalismo platônico ainda é lugar-comum entre esotéricos ocidentais, similar à noção de “nobre selvagem”, que também é uma romantização do oriente. Como uma forma secularizada do esoterismo ocidental, a Nova Era também adota o orientalismo platônico. Embora nem toda forma de orientalismo seja Nova Era, como D’Andrea (2002) bem nos lembra, a naturologia o adota quando lida com práticas terapêuticas asiáticas. Isso significa que hoje os grupos de naturologia são muito mais influenciados pelo orientalismo platônico do que pelo cristianismo esotérico – conforme veremos nas páginas a seguir. Aquela primeira abordagem cristã pró-natureza da naturologia do século XIX não existe mais. Mesmo em Portugal, um país fortemente católico onde as sociedades de naturologia da década de 1910 era estritamente cristãs, a maioria das organizações de naturologia abandonaram esse discurso cristão esotérico original.

Ainda que práticas ocidentais de saúde como termalismo, radiestesia, florais de Bach e quiropraxia sejam também consideradas naturologia, os naturólogos hoje utilizam primordialmente terapias que vem da China, como a acupuntura e o *tuīná*, tanto quanto *āyurveda* e a ioga da Índia. Naturólogos também podem citar técnicas árabes, como a medicina unami, e práticas japonesas como *ryodoraku*, *shiatsu* e *reiki*. Terapias de origem ocidental, mas com toque orientalista, também podem ser notadas, como o *chua k’a*, uma massagem sul-americana que declara ter se originado nos movimentos usados por guerreiros mongóis para superar o medo nas batalhas. Não há qualquer evidência que dê subsídios para essa história, visto não haver qualquer fonte que ateste isso anterior ao esotérico boliviano Oscar Ichazo, o criador do *chua k’a*. Logo, Ichazo deve ter ele próprio criado esse mito de fundação, no espírito de uma tradição inventada.

Na sequência, veremos como cursos universitários brasileiros de naturologia incorporaram a MTC em diálogo com o movimento da Nova Era e sua tensão com o ambiente acadêmico. Embora durante o fechamento deste texto, em 2023, mais cursos de naturologia tenham sido autorizados pelo MEC, atenta-se que minha coleta de dados foi só até agosto de 2018, época quando só duas universidades tinham cursos de

naturologia reconhecidos no Brasil: a UNISUL, em Santa Catarina, e a Universidade Anhembi-Morumbi (UAM), em São Paulo. Desde o final da minha coleta de dados, vários outros cursos foram criados. Por exemplo, a UNIVILLE abriu um curso de naturologia em agosto de 2018, e o Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH) criou o seu próprio curso em fevereiro de 2020. No fechamento deste texto, o MEC listava 13 instituições de ensino superior autorizadas a oferecer cursos de naturologia. A razão para essa expansão recente foi o estabelecimento de um monopólio no ensino superior da naturologia brasileira. Um grande império da educação privada comprou as duas universidades analisadas, implementando cursos de naturologia em outras instituições de seu conglomerado.

Início da naturologia no Brasil

Pesquisar a naturologia no Brasil tem algumas peculiaridades não encontradas em outros lugares. Espanha, Portugal e Itália sempre tiveram reservas sobre regulamentar a naturologia, visto que tais práticas em saúde não se guiam pela medicina baseada em evidências. No caso de Portugal, em 1993 a Escola Superior de Biologia e Saúde em Lisboa começou a oferecer um curso de naturologia que nunca foi reconhecido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Educação de Portugal como um curso superior válido. Em 2003, Portugal escolheu não regulamentar as práticas alternativas de saúde, e em 2009 decretou o fechamento imediato daquela instituição (Carvalho, 2009). No Brasil, em contrapartida, a naturologia tem sido um curso superior reconhecido pelo MEC desde 2002 (Santa Catarina, 2002). Enquanto a naturologia sofria derrotas e não podia abrir cursos superiores com reconhecimento do estado na Europa, o Brasil autoriza e reconhece graus de bacharelado em naturologia. Isso faz da naturologia brasileira única, aproximando-a de outros movimentos que buscam legitimação acadêmica como a osteopatia e a naturopatia dos Estados Unidos.

Não há registros precisos de como exatamente a naturologia chegou ao Brasil. No entanto, há evidências empíricas de uma presença difusa na sociedade brasileira desde pelo menos a década de 1980 (p. ex., De Castro, 1986), na esteira do começo da legitimação e institucionalização de abordagens alternativas do cuidado de saúde, em especial após a criação do SUS (Brasil, 2006). Moraes (2007) atesta que o estabelecimento de um mercado de curas alternativas no Brasil antecede o período supramencionado e se alinha à crescente inclinação do país aos novos movimentos religiosos. Essa inclinação se tornou mais evidente após 1946, quando a Constituição foi atualizada para incluir que a liberdade de crença é inviolável, e passou a assegurar o livre exercício da prática religiosa (Brasil, 1946, Art. 141).

Inicialmente, os consumidores dessas terapias eram pessoas brancas das classes sociais mais privilegiadas das cidades brasileiras mais populosas, como as capitais. Uma pesquisa em São Paulo demonstrou que a maioria dos estabelecimentos que ofereciam tais serviços estava em bairros de classe média alta (Magnani, 2000, p. 28). Outro estudo indicava que por volta de 80% da clientela das terapias alternativas no Recife eram mulheres brancas, e que mais de 72% possuíam nível superior (Martins, 1999),

isso num período em que apenas 14,4% da população de Recife tinha esse grau de instrução (IBGE, 2010).

Em 1985, a UERJ e o governo assinaram um acordo para inserir a homeopatia no SUS (Brasil, 2006). Porém, havia a intenção de que as terapias alternativas ficassem apenas nas mãos dos “médicos oficiais” (ou seja, bacharéis em medicina), protegendo a reserva de mercado através de corporativismo estatal. Consequentemente, quando a Comissão Interministerial pelo Planejamento e Coordenação de Ações em Saúde publicou a Resolução 9 de 8 de março de 1988, ditando diretrizes para a implementação da acupuntura e plantas medicinais no serviço público de saúde, o governo deixou claro que somente seria permitido se feito exclusivamente por médicos formados (Brasil, 1988).

O fim da ditadura militar levou a uma nova Constituição que garantiu o acesso universal aos serviços de saúde através de políticas sociais e econômicas. Em 1990, o Ministério da Saúde implementou e começou a promover o SUS nacionalmente. Com a saúde se tornando um direito de todo cidadão, houve demandas pelo cuidado de saúde, às vezes sobre ameaça de processos judiciais (Serres, 2003, p. 25). Isso fez com que os custos de manutenção do país crescessem, requerendo alternativas administrativas. Assim, uma série de ações do Ministério da Saúde passou a encorajar as medicinas alternativas.

Em 2000, a 11ª Conferência de Saúde recomendou a incorporação de práticas não convencionais de saúde nos programas de agentes comunitários e medicina da família. Em 2003, o relatório da Conferência de Assistência Farmacêutica enfatizou a importância de expandir o acesso a plantas medicinais e homeopatia no SUS. Isso levou à formação do GT de Medicina Natural e Práticas Complementares, que elaboraria uma política nacional para essas terapias. Em 2004, o GT foi incluído como um nicho estratégico das prioridades de pesquisa do Brasil. Em 2005, foi criado um projeto piloto de termalismo social¹ no GT. Um decreto presidencial também criou um GT de plantas medicinais para elaborar uma política nacional (Brasil, 2006). Em 2006, o GT de Medicina Natural e Práticas Complementares assumiu a nomenclatura vigente “Práticas Integrativas e Complementares”. Então, em 3 de maio de 2006, o Decreto 971 aprovou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC). E uma pesquisa realizada pelo Departamento de Atenção Primária à Saúde da Secretaria de Atenção à Saúde confirmou cinco práticas já existentes na época no SUS: (1) a MTC (incluindo a acupuntura), (2) a homeopatia, (3) as plantas medicinais, (4) termalismo/crenoterapia e (5) a medicina antroposófica. Esse estudo mostrou que pelo menos uma dessas práticas era oferecida em 232 municípios em todos os 26 estados brasileiros (Brasil, 2006).

Foi somente no final da década de 2000 que a naturologia brasileira começou a tomar conhecimento da PNPIC. Isso ocorreu quando os primeiros naturólogos começaram a buscar o mestrado em saúde coletiva. A criação do primeiro curso de graduação em naturologia ocorreu paralelamente a tudo isso. Como mencionado, as

1 Termalismo social é o acesso público a estabelecimentos de água termal para fins preventivos, terapêuticos e de manutenção da saúde. No Brasil, todos os ambientes aquáticos, como praias, rios, aquíferos e lagos, são propriedade da Marinha do Brasil e não podem ser privatizados. Portanto, ninguém pode comprar uma fonte termal e restringir o acesso a ela.

políticas públicas brasileiras mantinham a lógica de garantir reserva de mercado para bacharéis em medicina. Logo, as políticas nacionais não mencionavam bacharelados em naturologia, ainda que isso venha mudando recentemente.

A inserção a naturologia no ensino superior brasileiro ocorreu em 1994 e foi diretamente ligada à emergência da MTC e do movimento da Nova Era. O primeiro curso foi instituído nas Faculdades Integradas Espírita, uma instituição privada kardecista em Curitiba (Da Silva, 2012; Teixeira, 2013). Embora criado na França, o espiritismo se desenvolveu em uma religião completamente no Brasil, consistindo na maior comunidade espírita do mundo e o terceiro maior grupo religioso do país, atrás apenas do catolicismo e do protestantismo. Além disso, o espiritismo brasileiro contribuiu significativamente na difusão de práticas alternativas de saúde na sociedade brasileira. Muitos centros espíritas oferecem serviços de cura e aconselhamento. Alguns incorporaram práticas alternativas como curas com cristais, cromoterapia e *reiki*; este último com grande apelo aos espíritas por ser uma prática similar à imposição de mãos dos rituais espíritas (Aureliano, Cardoso, 2015; Hess, 1991).

Segundo Varela e Corrêa (2005, pp. 151-153), Octávio Melchíade Ulysséa, o fundador e então dono das Faculdades Integradas Espírita, convidou pessoalmente Jorge de Moraes Barbosa para desenvolver um curso não em naturologia, mas em MTC. O objetivo era que o curso contemplasse massagens chinesas (*tuīná, guāshā*), ajustes ósseos (*diédā*), medicina herbal, exercícios físicos (*qìgōng, liàngōng*), ventosa (*báguàn*), moxabustão (*jiǔ*) e acupuntura, com um foco maior nas plantas medicinais. Barbosa era um umbandista, acupunturista, biomédico e professor em Recife. Embora não haja relação histórica entre a acupuntura e a umbanda, a umbanda pode ser entendida como um sincretismo entre o espiritismo e as espiritualidades da diáspora africana. Assim, a história desse primeiro curso de naturologia começou com um acupunturista trabalhando para criar uma graduação em MTC em uma faculdade espírita².

No Brasil, porém, a profissão médica é fortemente regulamentada. O Conselho Federal de Medicina (CFM) está entre os conselhos de classe mais poderosos, quicá atrás apenas da OAB. Dessa forma, há muito *lobby* por parte dos médicos para manter a reserva estatal de mercado e a hegemonia do poder sobre as práticas de saúde. Por exemplo, a pressão do CFM foi decisiva para que Bolsonaro expulsasse os médicos cubanos no primeiro ano de seu mandato, sob a égide de que garantiria uma reserva de mercado para os médicos brasileiros (Pinheiro, 2019). Assim, quando o curso criado por Barbosa foi apresentado ao MEC para registro oficial, a instituição não pode manter o título “medicina tradicional chinesa”. O CFM consideraria o termo “medicina” problemático, uma vez que já havia legislação que determinava que somente os cursos que respondem diretamente ao CFM podem usar esse título. Naquele momento, o conselho acadêmico das Faculdades Integradas Espírita buscou alternativas e descobriu a existência da naturologia em Portugal. Como naquela época os naturólogos portugueses já adotavam a MTC, mudar o nome do curso para “naturologia” pareceu o mais lógico.

2 Embora o Brasil seja um estado laico, o sistema educacional autoriza as instituições a serem confessionais, pois a igreja católica fundou a maioria das primeiras escolas brasileiras, e continua como sua mantenedora em muitas delas até hoje.

Inicialmente, alunos e professores buscaram em autores da Nova Era, como Fritjof Capra, Deepak Chopra, Ken Wilber e Amit Goswami, a fundamentação para as terapias que utilizam. Segundo Teixeira (2013, p. 24), em um primeiro momento, a formação em naturologia foi pensada a partir da tríade “arte”, “educação” e “saúde”, e esses elementos se articularam em uma nova visão sobre cura, mais integral e ampla. Os primeiros professores do curso acreditavam sinceramente na transformação da sociedade por meio de um ensino diferenciado baseado na qualidade de vida, na integração, na interdisciplinaridade, no holismo, na educação ambiental, na filosofia, na física quântica e no afeto. Além disso, como minha pesquisa de doutorado demonstrou, três ex-professores atestaram que os fundadores do curso eram assumidamente adeptos da Nova Era (Stern, 2019).

Nesse primeiro curso, houve uma resistência significativa ao método científico padrão, que os naturólogos consideravam ser um modelo ultrapassado que precisava ser superado. Varela e Corrêa (2005) documentaram que até mesmo alguns professores diziam que a naturologia nunca deveria ter entrado na universidade, pois a academia não permite que o estudante, em suas próprias palavras, “vivencie o processo”. Ou seja, eles pretendiam destacar o desenvolvimento pessoal, a exploração e a autodescoberta de seus estudantes contra a típica irrelevância da experiência subjetiva na ciência normal. Para isso, eles incentivavam os alunos a recorrer a métodos não acadêmicos ou até mesmo não ortodoxos para o ensino superior, como tarô, astrologia, dança circular, xamanismo, cristais, ingestão de enteógenos, numerologia, imposição de mãos, caminhadas na natureza, pêndulos, psicologia transpessoal, leituras filosóficas da física quântica, enemas, abraçar árvores, renascimento e vários rituais religiosos; tudo isso em sincretismo com os ensinamentos da MTC. Os professores também costumavam oferecer oficinas de final de semana para aprofundar tópicos que não podiam ensinar na universidade.

Apesar da formação de Barbosa em biomedicina, muitos membros do corpo docente não tinham qualificações acadêmicas específicas na área de saúde, tendo aprendido informalmente as terapias que ensinavam no curso, por meio de cursos livres ou buscas pessoais. A legislação brasileira estipula que ninguém pode lecionar no ensino superior se não tiver pelo menos um diploma de graduação. Embora a lei não exija formação específica, o diploma de um professor geralmente está diretamente relacionado ao tema de suas aulas. Por exemplo, espera-se que um professor de estatística tenha pelo menos uma graduação em matemática e que um professor de política tenha pelo menos uma graduação em ciências sociais. Nos primeiros anos da naturologia brasileira, contudo, era comum que pessoas com diplomas em áreas acadêmicas tão diversas como direito, filosofia ou letras fossem responsáveis por disciplinas de *qìgōng*, *liàngōng*, *yīn-yáng*, *wǔxíng*, *zàngfǔ*, *jīngluò*, *liùyín*, cromoterapia ou *cakras*.

Mesmo com tudo isso, o curso foi um sucesso comercial, e já em 1996 foi exportado para outra universidade privada, a UNISUL, em Santa Catarina, onde foi atualizado para um bacharelado em 1998, mas sem clareza institucional sobre em que tipo de ambiente os estudantes deveriam atuar quando chegassem nos estágios. Durante minha pesquisa de doutorado (Stern, 2019), um dos ex-professores disse que o primeiro bacharelado em naturologia tinha muitas lacunas sobre o que é naturologia, o que ela

faz, onde trabalhariam os naturólogos e seu papel na sociedade. Aqui vale ressaltar que a legislação brasileira dá liberdade às universidades para criarem novos cursos, autorizando-os automaticamente. Após a formatura da primeira turma, porém, o curso deve ser submetido à Secretaria Estadual de Educação, onde será avaliado se será reconhecido pelo MEC. O curso de Barbosa em Curitiba, por exemplo, teve o reconhecimento negado em todas as tentativas e foi finalmente descontinuado em 2013.

Já em Santa Catarina, a naturologia se tornou um dos cursos mais concorridos da UNISUL, com mais de 800 alunos matriculados em seu ápice. Após a formatura da primeira turma, em 2002, a Secretaria de Educação visitou a instituição. Essa inspeção deixou clara a falta de estrutura do projeto pedagógico, indicando a necessidade de grandes ajustes. Assim, a UNISUL organizou uma equipe *ad hoc* para alinhar o curso com os demais programas de saúde. Embora nunca tenha ocorrido uma adaptação completa, os professores de naturologia ficaram mais preocupados em tentar fazer algum tipo de ciência. Os membros do corpo docente que continuaram a defender uma relação mais significativa com o esoterismo da Nova Era foram silenciados ou demitidos. Como explica Teixeira (2013, p. 28), a UNISUL deixou de considerar discussões sobre espiritualidade, sob a alegação de que isso abria margens para questionamentos sobre a cientificidade da formação, dificultando qualquer reconhecimento futuro por parte do MEC. Mas nem tudo estava perdido. Os professores conseguiram persuadir a universidade de que a naturologia deveria manter aulas sobre “cura energética”, convencendo a coordenação de que todas as medicinas alternativas estão de alguma forma fundamentadas em medicinas tradicionais vitalistas. A partir de 2004, com a aprovação do segundo projeto pedagógico, a naturologia brasileira passou a se declarar fundada sobre um tripé de medicinas tradicionais: (1) a MTC, (2) a *āyurveda*, e (3) o xamanismo (cf. Hellmann, Wedekin, 2008).

Apesar da forte repressão ao esoterismo da Nova Era, a própria MTC nunca foi considerada academicamente inválida ou cientificamente irrelevante. Embora a MTC tenha se popularizado no Brasil graças principalmente à Nova Era (Moraes, 2007), a Secretaria de Educação e a UNISUL nunca a contestaram como disciplina apropriada para o curso de naturologia. O ensino da MTC sempre foi um pivô central na naturologia brasileira, mesmo sob gestões mais biologistas.

Formação em MTC na naturologia

A MTC é ensinada em todos os cursos de naturologia do Brasil. Massagens chinesas, meditação e práticas corporais como *liàngōng*, *qìgōng* e *tàijí* têm sido parte integrante de sua história. Por exemplo, Passos (2015) atestou que 61% dos naturólogos brasileiros afirmam trabalhar sempre com a MTC. Moreira (2016) também destacou que a MTC é o tema mais comum dos trabalhos de naturologia no Brasil. E em 2016, 85% dos orientadores de TCC de naturologia tinham alguma formação técnica em MTC.

A importância da MTC na naturologia brasileira é tamanha que os praticantes até misturam práticas não chinesas a ela. Alguns exemplos proeminentes de terapias não chinesas são a cromoterapia, cura com cristais, radiestesia, geoterapia, arteterapia e cura

xamânica. Nenhuma destas faz parte do *corpus* tradicional de cura chinesa listado pela OMS (2022). A OMS lista 3.415 termos padrão para a MTC cujas práticas terapêuticas são resumidas nas seguintes categorias: exercícios, meditação, massagem, acupuntura, moxabustão, ventosaterapia e dietoterapia. No entanto, de uma forma muito criativa, os naturólogos brasileiros misturam técnicas estrangeiras ao sistema chinês, criando sinergias muito particulares e inovadoras.

Em grande medida, isso ocorre porque os naturólogos empregam os termos medicina complementar, medicina alternativa e medicina não convencional de forma intercambiável com medicina tradicional. As origens teóricas da naturologia estão enraizadas em autores da Nova Era como Capra (1982), que distingue a medicina convencional (alopática) de todas as outras formas de cura, criando duas categorias generalistas nas quais qualquer medicina alternativa seria de alguma forma incluída, pois todas se opõem à medicina alopática. Como conclui Hanegraaff (1996), a medicina tradicional e a medicina alternativa são virtualmente sinônimas na Nova Era

A naturologia oferece uma perspectiva única sobre saúde e bem-estar que permite aos profissionais se envolverem num intercâmbio construtivo com diversos sistemas de cura e práticas terapêuticas, integrando-os para promover uma forma de cura holística. A cosmologia da naturologia visa restaurar a ligação inerente entre espiritualidade e cura, que os profissionais consideram estar enraizada na “tradição”. Pouco lhes importa se novas técnicas e tecnologias alternativas são desenvolvidas nesse processo. Se uma terapia não for alopática, é imediatamente concebida como tradicional e intercambiável com outros métodos alternativos. Para fazer isso, os naturólogos brasileiros operam no estilo típico da Nova Era, combinando superficialmente diferentes pedaços de conhecimento em uma grande síntese. Em alguns casos, depois de realizarem a invenção criativa, os próprios naturólogos podem negar as influências das quais retiraram tais práticas. O exemplo mais proeminente é o da cromopuntura de Peter Mandel, a aplicação de canetas de luz coloridas em pontos específicos do corpo para fins terapêuticos. A acupuntura orientou fortemente a cromopuntura de Mandel, na medida em que os pontos onde a caneta luminosa é aplicada são iguais aos meridianos da acupuntura. O próprio criador, no entanto, nega a ligação entre a acupuntura chinesa e a terapia que ele criou.

Os naturólogos brasileiros também se identificam muito com a MTC. Essa identificação é uma forma típica de orientalismo platônico: os naturólogos apreciam coisas da Ásia, mas a partir de uma visão do que o ocidente considera positivamente como Ásia: mística, sábia, antiga, lendária e mágica. A naturologia brasileira desconsidera o que os próprios estudiosos do leste asiático dizem sobre sua cultura. Em outras palavras, embora alguns professores tenham vindo da China para dar aulas em português nos cursos universitários de naturologia no Brasil, esses professores não eram considerados boas referências para a MTC, de acordo com os próprios naturólogos brasileiros. Os professores chineses tendiam a apresentar uma visão diferente da MTC em relação à Nova Era ocidental, o que geralmente é incompatível com o orientalismo. Como resultado, as universidades de naturologia geralmente deixavam esses professores nativos chineses em segundo plano.

Por exemplo, os professores Yu Tao e Li Qiyong se mudaram da China para o sul do Brasil para ensinar MTC a naturólogos da UNISUL nos anos 2000. Apesar disso,

eles tiveram apenas um papel secundário no desenvolvimento dos planos de aula, do programa de estudos e dos métodos de ensino. Embora tenham sido contratados especificamente para isso, eles não eram responsáveis de fato pelas aulas práticas de MTC na clínica-escola. Minha análise é de que as universidades brasileiras contrataram professores chineses primordialmente com o intuito de atrair estudantes. Mas como a MTC dos professores nascidos na China não atende ao ideal de um oriente encantado que a Nova Era ocidental defende, esses professores são desconsiderados ou deixados de lado. Além disso, quando houve demissões em massa nos cursos de naturologia brasileiros (falarei mais sobre isso adiante), eles estiveram entre os primeiros a serem demitidos.

Desde o surgimento do primeiro bacharelado em naturologia, as universidades brasileiras também têm oferecido formação profissional em acupuntura. Apesar disso, há certa controvérsia em relação ao ensino da acupuntura para naturólogos. Como dito anteriormente, a medicina é uma profissão fortemente regulamentada no Brasil, com um Conselho Federal poderoso. Por mais de duas décadas, o CFM tem lutado para que a acupuntura seja um ato médico exclusivo. Os governos anteriores do PT impediram tentativas de reservar o mercado para bacharéis em medicina no Brasil (Larcher, Cronemberger, 2013). Isso significa que, pelo menos por enquanto, ainda é possível que outros profissionais, como enfermeiros ou fisioterapeutas, pratiquem acupuntura no país. Essa disputa, no entanto, dividiu o coletivo brasileiro de naturologia. Enquanto alguns cursos ensinam técnicas básicas de agulhamento aos estudantes na graduação, outros adotam uma postura mais conservadora de que a acupuntura é um tratamento invasivo que só deve ser ensinado em nível de pós-graduação. Além de evitar conflitos desnecessários com o CFM, esse último grupo considera que a acupuntura exige uma carga horária muito maior para formar profissionais com segurança.

Como a naturologia brasileira se tornou mais plural ao longo do tempo, hoje a MTC não constitui mais metade do curso de naturologia como costumava ser em sua fase inicial. Ao se concentrarem na formação de generalistas, os programas brasileiros lançam no mercado profissionais que sabem um pouco de tudo, mas só podem trabalhar profundamente com algo se fizerem cursos extras. A MTC divide espaço com várias outras práticas nos cursos de naturologia, como a iridologia, a aromaterapia, a ioga, alimentação natural e remédios florais. Apesar disso, a naturologia brasileira ainda dedicava uma média de 600 horas de seu currículo à MTC em 2017 (Stern, 2017, pp. 422-441). Considerando que a legislação brasileira estipula que um curso de bacharelado deve ter pelo menos 2.400 horas (Brasil, 2007) e que os cursos de graduação em naturologia têm cerca de 3.600 horas (Stern, 2017, pp. 422-441), a MTC correspondia a um sexto do curso de graduação. Na época do meu levantamento de dados, nenhuma outra disciplina tinha essa quantidade de horas nos cursos de naturologia.

Mesmo assim, o número de horas de aula em MTC é inferior ao das recomendações da OMS para a formação em *tuīnà* e acupuntura (OMS 2020; 2021). A OMS sugere no mínimo 400 horas de prática clínica supervisionada com foco específico em MTC (OMS 2020, 11; OMS 2021, 11). Em 2017, os cursos de naturologia do Brasil cumpriam cerca de 450 horas, mas essas horas não se limitavam à MTC, e sim a todas as terapias de naturologia (Stern, 2017, pp. 435, 441). Além disso, a OMS recomenda pelo menos 416 horas de teoria básica em MTC (WHO 2020, 11). Os cursos de

naturopatia possuem uma carga média de apenas 150 horas, um terço da recomendação internacional (Stern, 2017, p. 441).

Isso nos leva a um ponto crucial sobre a formação de naturólogos no Brasil. Apesar dos cursos darem grande atenção a isso, os formados em naturopatia não são qualificados como terapeutas tradicionais chineses de acordo com critérios internacionais. Eles aprendem apenas o básico, mas com uma carga horária abaixo das recomendações da OMS. Embora a discussão pública no Brasil para a regulamentação da naturopatia esteja parada no Congresso Nacional há alguns anos, como o Brasil faz parte da OMS, o Ministério da Saúde tende a cumprir suas determinações ou recomendações. Isso pode representar um problema para os naturólogos que desejam trabalhar com MTC apenas tendo a formação de sua graduação. Um naturólogo no Brasil precisaria de especialização para atender aos padrões internacionais. Até o momento, apenas a graduação não é suficiente.

Futuro da naturopatia brasileira

Quando concluí minha coleta de dados em 2018, um monopólio no ensino superior estava surgindo no Brasil. Hoje, o país tem o maior monopólio da educação privada no mundo, com um único grupo multinacional que entende a educação como mercadoria sendo proprietário de mais de um terço de todas as universidades brasileiras (Beraldo, 2016). Embora haja forte resistência a essa visão utilitarista do ensino nas universidades públicas brasileiras, não há cursos de naturopatia em instituições públicas; as instituições privadas oferecem todos os cursos autorizados pelo MEC. Em outras palavras, nenhuma universidade pública oferece diplomas em naturopatia; nem mesmo cursos de curta duração. Todo o treinamento em naturopatia no Brasil está nas mãos de uma única empresa do setor privado.

Em 2005, a UAM foi vendida para a Laureate Education, sediada nos Estados Unidos. Cerca de 80% dos professores foram demitidos no processo, com a empresa substituindo doutores por professores de menor titulação para aumentar suas margens de lucro. Posteriormente, o grupo Ânima comprou a UAM e, em 2019, a UNISUL também foi adquirida por eles. Mesmo outras universidades com cursos de naturopatia mais recentes são de propriedade da Ânima, como a UNIVILLE. Em todas elas, observa-se o processo de demissões em massa para aumentar os lucros dos acionistas. Hoje, os cursos de naturopatia no Brasil são compostos por uma minoria de professores formados em naturopatia. A impressão que me dá é que os cursos de naturopatia parecem ser percebidos pelas instituições apenas como um *locus* para ganhar dinheiro com mensalidades. Uma evidência material da falta de preocupação com a qualidade desses programas é o fato de que, dos 13 cursos de naturopatia oficialmente listados pelo MEC, apenas 4 são presenciais. Essas universidades brasileiras estão vendendo cursos à distância que treinam profissionais que lidarão com a saúde de outras pessoas, com práticas complexas como massagem, acupuntura e uso de plantas que podem ser tóxicas e causar efeitos adversos. Imagine um fisioterapeuta ou um enfermeiro formado somente pela Internet. Embora um Projeto de Lei (PL 5.414/2016) esteja tramitando

na Câmara dos Deputados para proibir cursos à distância na área da saúde, o projeto ainda não foi aprovado em todas as instâncias. Assim, no caso da naturologia, dois terços dos programas listados no MEC em 2023 continuavam como EAD.

Até 2018, havia uma previsão pela regulamentação da naturologia e pelo fortalecimento de sua atuação universitária. Com a eleição de Bolsonaro, essa discussão foi congelada no Congresso Nacional, uma vez que os membros que defendiam a regulamentação da naturologia eram também os mesmos de extrema-direita contra a vacinação durante a pandemia da COVID-19. Como resultado, a defesa da naturologia no Congresso Nacional acabou sendo vinculada à pseudociência, o que fez com que os naturólogos optassem por não fomentar mais a discussão pública até que a poeira baixasse. Como o Brasil teve o segundo maior número de mortes por COVID no mundo devido à política bolsonarista de negação da ciência, discutir a regulamentação da naturologia hoje provavelmente resultaria em sua rejeição. Em suma, o fato de o Brasil ter sofrido mais de 700.000 mortes por COVID devido a uma postura pseudocientífica em relação à saúde não facilita o olhar público sobre a naturologia. Isso é particularmente relevante porque os mesmos representantes políticos responsáveis pelo Projeto de Lei que regulamenta a profissão de naturólogo são aqueles que defenderam remédios ineficazes e orações ao invés de vacinação durante a pandemia.

O estabelecimento de um monopólio sobre todos os cursos também tornou o futuro da naturologia desafiador, dificultando garantir que ainda haverá cursos universitários de naturologia no país. Atualmente, a maioria dos brasileiros que têm formação em naturologia trabalha com outra coisa, e um de seus poucos campos de atuação, o ensino universitário, está agora destruído. As associações de naturologia existentes no Brasil são fracas; elas não conseguiram nem mesmo evitar as demissões em massa durante a aquisição da Ânima. Além disso, com a formação em MTC sendo economicamente mais vantajosa para ser vendida a médicos, já que toda a legislação brasileira sobre práticas integrativas e complementares prioriza os graduados em medicina, quem pode garantir que ainda haverá cursos universitários de naturologia daqui a alguns anos? Talvez a naturologia brasileira siga os passos da naturologia europeia. Os grupos de treinamento talvez não estejam mais vinculados à educação formal, mas a cursos abertos em espaços informais, como clínicas holísticas e lojas de produtos naturais, no meio da Nova Era.

Referências

ABRANA, APANAT, SBNAT. Anais do Congresso Brasileiro de Naturologia. Palhoça: UNISUL, 2014.

AURELIANO, Waleska A., CARDOSO, Vânia Zikán. Spiritism in Brazil: from religious to therapeutic practice. In: GUTTIEREZ, Cathy (ed.). Handbook of Spiritualism and channeling. Leiden: Brill, 2015, pp. 295-271.

BERALDO, Beatriz. Fusão cria o maior monopólio de educação privada do mundo. Esquerda Diário, 16 ago. 2016.

- BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946. Brasília: Congresso Nacional, 1946.
- BRASIL. Resolução CIPLAN nº 9, de 8 de março de 1988.” In: Diário Oficial da União, Brasília, 11 mar. 1988.
- BRASIL. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: PNPIC. Brasília: Ministério da Saúde, 2006
- BRASIL. Parecer CNE/CES N. 8/2007. In: Diário Oficial da União, Brasília, 13 ago. 2007.
- CAPRA, Fritjof. *The turning point: science, society, and the rising culture*. New York: Bantam, 1982.
- CARVALHO, Rita. Ministro ordena fecho de escola “superior”. Diário de Notícias, 30. jun. 2009.
- CORREIA, António Mendes et al. *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. v. 18. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1950.
- D’ANDREA, Anthony Albert Fischer. *O self perfeito e a Nova Era: individualismo e reflexividade em religiosidades pós-tradicionais*. São Paulo: Loyola, 2000
- DA SILVA, Adriana Elias Magno. *Naturopatia: um diálogo de saberes*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PUC-SP, São Paulo, 2012.
- DE ALMEIDA, Cybele Crosseti. *Do mosteiro à universidade: considerações sobre uma história social da Medicina na Idade Média*. AEDOS 2(2): 36-55, 2009.
- DE BARROS, Nelson Filice. *A construção da medicina integrativa: um desafio para o campo da saúde*. São Paulo: Hucitec, 2008
- DE CASTRO, José Lyonde. *Naturopatia: a saúde integral do indivíduo e da sociedade*. Sintra: Europa-América, 1986.
- HANEGRAAFF, Wouter J. *New Age religion and Western culture: esotericism in the mirror of secular thought*. Leiden: Brill, 1996.
- HELLMANN, Fernando; WEDEKIN, Luana M. (orgs.) *O livro das interações: estudos de casos em naturopatia*. Tubarão: Editora UNISUL, 2008.
- HESS, David J. *Spirits and scientists: ideology, Spiritism, and Brazilian culture*. University Park: Penn State University Press, 1991.
- IBGE. *Amostra Educação: Recife*. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/recife/pesquisa/23/22469>>. Acesso em: 27 fev. 2023.
- LAPLANTINE, François. *Antropologia da doença*. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

LARCHER, Marcello; CRONEMBERGER, Daniella. Governo veta diagnóstico exclusivo em Ato Médico. Agência Câmara de Notícias, 11 jul. 2013.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. O Brasil da Nova Era. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MARTINS, Paulo H. As terapias alternativas e a libertação dos corpos. In: CAROZZI, María Julia (Org.) A Nova Era no MERCOSUL. Petrópolis: Vozes, 1999, pp. 80-105.

MORAES, Maria Regina Cariello. A reinvenção da acupuntura: estudo sobre a transplantação da acupuntura para contextos ocidentais e adoção na sociedade brasileira. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – PUC-SP, São Paulo, 2007.

MOREIRA, Andrei Mendes. As características metodológicas dos trabalhos de conclusão de curso da naturologia da UNISUL. Monografia (Bacharelado em Naturologia) – UNISUL, Palhoça, 2016.

NEVES, Afonso Carlos. Conceito ampliado de saúde. In: BLOISE, Paulo (Org.) Saúde integral: a medicina do corpo, da mente e o papel da espiritualidade. São Paulo: SENAC, 2011, pp. 23-25.

PASSOS, Mayara Aparecida. Perfil socioeconômico profissional dos naturólogos no Brasil. Monografia (Bacharelado em Naturologia) – UAM, São Paulo, 2015.

PESSOA JR., Osvaldo. 2011. O fenômeno cultural do misticismo quântico. In: FREIRE, JR., Olival; PESSOA JR. Osvaldo; BROMBERG, Joan Lisa (Orgs.) Teoria quântica: estudos históricos e implicações culturais. Campina Grande: EDUEPB, 281-302.

PICKSTONE, John. Medicine, society and the State. In: PORTER, Roy (Ed.) The Cambridge history of medicine. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2006, pp. 260-297.

PINHEIRO, Beatriz Juca. Mais médicos: o lobby da classe médica que influenciou a decisão de encerrar o programa. El País Brasil, 7 fev. 2019.

PLATO. Timaeus. Indianapolis: Hackett, 2000.

PLATO. Laws. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2016.

PLATO. The Republic. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2018.

PORTER, Roy. Before the Fringe: “quackery” and the eighteenth-century medical market. In: COOTER, Roger (Ed.) Studies in the history of alternative medicine. London: MacMillan, 1988, pp. 1-27.

SANTA CATARINA. Decreto nº. 5.572, de 27 de agosto de 2002: reconhece curso de educação superior. In: PUB DOSC, 3. Florianópolis: ALESC, 2002.

SERRES, Michel. *Hominescências: o começo de outra humanidade?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

STERN, Fábio L. *Naturopatia no Brasil*. São Paulo: Entrelugares, 2017.

STERN, Fábio L. *Cosmologia xamânica: a resignificação do xamanismo na naturopatia brasileira*. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) – PUC-SP, São Paulo, 2019.

TEIXEIRA, Diogo Virgílio. *Integridade, interagência e educação em saúde: uma etnografia da naturopatia*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – UFSC, Florianópolis, 2013.

VARELA, Daniele Mineiro; CORRÊA, Mariana Alves. *Estudo sobre a Naturopatia no Brasil e no mundo*. Monografia (Bacharelado em Naturopatia) – UAM, São Paulo, 2005.

VENTURA, Carlos Campos. *Naturopatia: pontos nos Is*. *Jornal Espaço Público*, 3 fev. 1999.

WHO. *WHO benchmarks for the training of tuina*. Geneva: WHO, 2020.

WHO. *WHO benchmarks for the training of acupuncture*. Geneva: WHO, 2021.

WHO. *WHO international standard terminologies on traditional Chinese medicine*. Geneva: WHO, 2022.

Recebido em: 01/02/2022

Aceito em: 17/01/2023

Editor responsável: Frank Usarski